



## Artigos

### MULHERES, MIGRANTES, TRABALHADORAS: A SEGREGAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

*Delia Dutra\**

O presente trabalho, ancorado em uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, analisa a experiência vivida por mulheres migrantes em diversos países centrando a reflexão na dimensão do *trabalho* no contexto do processo migratório internacional. Tomando como ponto de partida a perspectiva das próprias protagonistas - paraguaias no Brasil, brasileiras nos Estados Unidos, haitianas na República Dominicana, colombianas no Equador, filipinas na Itália e nicaraguenses na Costa Rica -, busca-se identificar dificuldades enfrentadas no que refere à vida profissional dessas mulheres. Parte-se do entendimento de que a migração pode ser vista como uma alternativa para escapar de situações de pobreza e exclusão do mercado de trabalho no país de origem. A pesquisa aponta a existência de segregação no mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Mulheres Migrantes; Trabalho; Segregação Ocupacional.

#### Introdução

O presente trabalho analisa a experiência vivida por mulheres migrantes em diversos países, centrando a reflexão na dimensão do *trabalho* no contexto do processo migratório feminino internacional. Tomando como

---

\* Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília. Pesquisadora do CSEM, Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. E-mail: deliadutra@gmail.com. Brasília/Brasil.



ponto de partida a perspectiva das próprias mulheres protagonistas<sup>1</sup> – um total de 107 migrantes: paraguaias no Brasil, brasileiras nos Estados Unidos, haitianas na República Dominicana, colombianas no Equador, filipinas na Itália e nicaraguenses na Costa Rica –, busca-se identificar dificuldades enfrentadas no que se refere à sua vida profissional.

Essa reflexão insere-se num processo de pesquisa mais amplo desenvolvido, atualmente, no âmbito do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios - CSEM,<sup>2</sup> para o qual, além da dimensão do trabalho, analisada especificamente neste texto, também se explora: a família, o acesso aos serviços, as políticas migratórias, a religião e as perspectiva de retorno aos países de origem.

A análise da informação recolhida<sup>3</sup> é feita tanto desde uma perspectiva quantitativa quanto qualitativa, buscando, com isso, aprofundar a compreensão do fenômeno migratório em questão. Parte-se do entendimento de que a migração pode ser vista como uma alternativa para escapar de situações de pobreza e exclusão do mercado de trabalho.

Ao definir o objeto de estudo em grupos de mulheres migrantes internacionais, cujos países de origem e destino foram antes mencionados, significa que desde o início está se assumindo um recorte por gênero. Adotar uma perspectiva de gênero na análise de migrações supõe compreender,

(...) por um lado, a significação da construção social da feminilidade, da masculinidade e a desigualdade que se produzem entre os sexos e, por outro, o papel que jogam tais construções na decisão das mulheres de migrar assim como o status que a sociedade de acolhida lhes outorga.<sup>4</sup>

Em diálogo com isso, seguimos a proposta de Nash<sup>5</sup>, que defende o gênero como princípio que influi tanto na experiência do projeto migratório das mulheres quanto nas condicionantes que entram em jogo na hora de procurar emprego e/ou de serem recrutadas para algumas tarefas e não outras.

<sup>1</sup> Na obra clássica para os estudos das migrações, e para a sociologia em geral, *The Polish Peasant in Europe and America* publicada há quase um século, os sociólogos William I. Thomas e Florian Znaniecki chamaram a atenção para a necessidade de ser considerada a interpretação que os próprios atores sociais envolvidos na situação fazem dela. Ou seja, entre os fatores objetivos e as atividades dos indivíduos, temos a interpretação deles sobre a situação, defendem os autores.

<sup>2</sup> Trata-se da pesquisa *Mulher Migrante: agente de resistência e transformação*, iniciada pelo Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios no ano 2012.

<sup>3</sup> Foi aplicado, entre maio e julho de 2012, o mesmo questionário, com perguntas abertas e fechadas, em seis países: Brasil, EUA, República Dominicana, Equador, Costa Rica e Itália. Nele, foram abordadas todas as dimensões acima mencionadas.

<sup>4</sup> ROCA I GIRONA, apud DUTRA, Delia. *Mulheres migrantes peruanas em Brasília*, p. 68.

<sup>5</sup> NASH, Mary. *Mujeres en el Mundo*. Historias, retos y movimientos.

Evidentemente, existem especificidades em tais condicionantes segundo o país de residência e segundo a origem social e étnica das migrantes. Para Teresi e Healy “os fatores que motivam uma pessoa para emigrar diferenciam-se bastante, consoante a situação nos países de origem e destino, e a facilidade do migrante em viajar e se estabelecer em um novo país”.<sup>6</sup>

Contudo, existem também elementos comuns a todas elas que fazem com que alguns dos resultados obtidos a partir das suas respostas sejam significativos e merecedores de reflexão de forma conjunta. Observe-se, portanto, que isso permite potencializar a projeção da discussão para além dos limites do grupo especificamente aqui estudado.

Nesse sentido, o texto apresenta parte dos resultados obtidos sobre a dimensão do trabalho no total do universo pesquisado. As reflexões e interpretações, em alguns casos, são ilustradas com exemplos concretos e particulares no intuito de resgatar a relevância do particular e do específico que muito têm a contribuir, e dar um pouco mais de luz à complexidade do estudo das migrações femininas internacionais.

O texto se organiza em três partes principais que, no fim, abrem passo para a conclusão. No *primeiro*, pontuam-se algumas especificidades da migração feminina internacional, por entender seu caráter basilar na compreensão desse fenômeno. No *segundo*, realiza-se uma caracterização e contextualização do universo de análise. Para isso, se apresenta o perfil geral do total de migrantes assim como as dificuldades enfrentadas para trabalhar em situação regular de documentação no país de destino. No *terceiro* a análise se centra na situação de (des)emprego vivida pelas migrantes, buscando desvendar as mudanças na vida profissional comparando a situação antes e depois da migração.

### **Especificidades da migração feminina internacional**

Trabalho, desemprego, condições de precariedade, falta de reconhecimento, necessidade de capacitação, discriminação retributiva, segregação ocupacional, vulnerabilidade, são algumas das vivências que caracterizam a situação de mulheres de determinadas origens sociais em todas as partes do mundo e que, para algumas, representam o motor que as impulsiona a embarcar no projeto de migração internacional.

De acordo com a OIM<sup>7</sup>, a migração laboral no século XXI se destaca como um dos assuntos principais na agenda política de muitos países, sejam

<sup>6</sup> TERESI, Verônica M.; HEALY, Claire. *Guia de referência para a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil*, p. 30.

<sup>7</sup> ORGANIZAÇÃO Internacional para as Migrações. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/rel\\_](http://www.mte.gov.br/rel_)

esses, países de origem, trânsito ou de destino de migrantes. Três fatores se identificam<sup>8</sup> como essenciais para explicar esse fenômeno: *primeiro*, as mudanças demográficas e as necessidades do mercado de trabalho em muitos países industrializados; *segundo*, a pressão da população, o desemprego e as crises internacionais que atualmente afetam tanto países industrializados quanto os menos desenvolvidos; *terceiro*, a formação de redes entre países baseadas na família, na cultura e na história.

Para avançar especificamente na caracterização das mulheres estudadas, podem-se acrescentar outros fatores como: a expansão da rede de contatos das migrantes, a necessidade de aumentar e diversificar a renda da família, uma cultura de migração, já que “quanto mais habitual se torna a migração numa determinada comunidade [de origem e de destino], mais mudam os valores e as percepções culturais, de tal maneira que aumenta a probabilidade de futuras migrações”<sup>9</sup>. E mais ainda, existem fatores notadamente femininos, no sentido que são mais característicos da mulher do que do homem migrante – se bem que alguns homens possam também sofrê-los. Tal o caso de: a pobreza e a falta de oportunidades, a violência e opressão para com a mulher dentro do próprio núcleo familiar e comunitário, assim como a vontade de se emancipar e realizar sonhos.

Todos esses fatores fazem com que algumas mulheres deixem suas comunidades de origem, suas famílias e vínculos afetivos para descobrir e participar de novas formas de vida que lhes permitam abrir outras portas, tanto para elas quanto para suas famílias, independente que isso acabe acontecendo ou não. Dessa forma, elas desenham novas rotas de vida, buscando dar respostas às necessidades do dia a dia. Necessidades que dizem respeito não só à escassez material, que impede uma alimentação saudável, vestimenta e moradia digna, como também à falta de acesso à educação formal para os filhos e para elas próprias, à falta de acesso ao mercado de trabalho formal, ou inclusive informal, e à falta de acesso aos serviços públicos, tais como, saúde e transporte.

A necessidade de dar sustento à família é uma forte motivação para a migração em geral e para a migração feminina em particular. As mulheres migrantes são os principais agentes ativos no envio de remessas aos seus países de origem, acompanhando a crescente tendência de aumento do número das famílias monoparentais, o que se denomina de feminização da pobreza.

internacionais/migracao.asp>. Acesso em: 20.02.2013.

<sup>8</sup> *Ibidem*.

<sup>9</sup> SÁNCHEZ BARRICARTE, Jesús Javier. *Socioeconomía de las Migraciones en un Mundo Globalizado*, p. 54.

Tais elementos condicionam a qualidade de vida dessas mulheres e de suas famílias limitando seriamente qualquer chance de mobilidade social e reproduzindo modelos de vida em sociedades altamente estratificadas. Assume-se, então, que a existência de discriminação para com a mulher trabalhadora migrante induz fenômenos como o da segregação ocupacional, assunto que interessa, particularmente, quando se focaliza a reflexão na dimensão do trabalho.

Parella<sup>10</sup> é contundente na sua análise sobre o lugar de vulnerabilidade que ocupam as mulheres migrantes na sociedade receptora, produto da exploração e discriminação no mercado de trabalho. A autora define a vulnerabilidade como a brecha existente entre padrões de vida de um coletivo com relação a outro – por exemplo, o das mulheres migrantes e o das mulheres autóctones. O entrecruzamento das condições de classe, gênero e etnia condena o coletivo de mulheres migrantes trabalhadoras a uma situação de vulnerabilidade social acentuada pela concentração delas no mercado de trabalho informal e, conseqüentemente, pelo acesso desigual a recursos materiais e à documentação que lhes permita desempenhar seus trabalhos em situação regular.

Retomando a segregação ocupacional como uma evidência da discriminação sofrida pelas trabalhadoras migrantes, Nash<sup>11</sup> sustenta que a “mercantilização das tarefas domésticas e de cuidado” é um fenômeno que pode ser caracterizado como global desde o fim do século XX e cada vez mais associado às migrantes, às “recém chegadas”, muitas delas convertidas em “mães substitutivas da infância global”<sup>12</sup>, fenômenos que, para essa autora, renovam o já conhecido debate de traspasso de funções domésticas sempre e unicamente entre mulheres. São elas: mulheres autóctones e mulheres migrantes, que por meio de uma compaginação entre vida profissional e vida familiar garantem a reprodução e avanço da sociedade.

A mulher imigrante é percebida como força de trabalho idônea para realizar o trabalho doméstico remunerado, sendo que se trata de uma atividade socialmente pouco valorada, etiquetada como “suja” e escassamente qualificada, assumida como algo inerente à condição feminina e amiúde realizada desde a economia informal.<sup>13</sup>

<sup>10</sup> PARELLA RUBIO, Sònia. *Segregación laboral y “vulnerabilidad social” de la mujer inmigrante a partir de la interacción entre clase social, género y etnia.*

<sup>11</sup> NASH, *op.cit.*, p. 316.

<sup>12</sup> *Ibidem.* O sentido dado à expressão “recém chegadas” vai além do tempo que as mulheres possam ter residindo na sociedade de acolhida. Refere à ênfase dada à condição de serem de “fora”.

<sup>13</sup> PARELLA RUBIO, *op.cit.*, p. 98-99. Tradução nossa do original em espanhol.

Com base nessas reflexões, cabe reforçar a ideia de que, as condições muito precárias de trabalho e a situação de vulnerabilidade em que muitas das trabalhadoras migrantes se encontram, trazem implicações não somente para a vida delas, como notadamente para o núcleo familiar do qual são responsáveis, gerando mudanças na estrutura social, com enormes repercussões da comunidade local de origem e de destino. Tais situações se manifestam em fenômenos como o da mobilidade indesejada da mulher, afetando a estrutura familiar de matriz patriarcal.<sup>14</sup> Estamos referindo-nos à lógica patriarcal que perpassa a instituição “família”, assim como outros âmbitos da sociedade. Tal lógica pode ser explicada como a manifestação e institucionalização do domínio masculino sobre as mulheres e crianças.<sup>15</sup>

### **Caracterização e contextualização: o universo de análise**

Os fluxos migratórios entre países existem desde muito antes da etapa que atualmente vivemos de globalização.<sup>16</sup> Séculos atrás os fluxos internacionais de migração já geravam redes<sup>17</sup> que agiam como pontes entre sociedades de origem, de trânsito e de destino.

Apesar de que tais redes apresentassem claras diferenças com as atuais, em termos de conteúdo e de modos de comunicação, elas existiam em quanto fato social. (...) autores dedicados à imigração têm apontado que atualmente se conservam muitos elementos do passado, como a migração em cadeia e a reunificação familiar.<sup>18</sup>

Tais fluxos de migrantes já não só acontecem do hemisfério sul para o hemisfério norte (tal o caso das brasileiras nos Estados Unidos), ou do país “pobre” para o mais desenvolvido (as filipinas na Itália, por exemplo). Também existem fluxos entre países do continente latino-americano cujas economias são consideradas como “emergentes” (nicaraguenses na Costa Rica, por exemplo).

Levando em conta o foco da dimensão do trabalho para esta análise, é pertinente lembrar que, da mesma forma que no passado, as redes se iniciam

<sup>14</sup> Cf. DUTRA, *op. cit.*, p. 58.

<sup>15</sup> Lerner *apud* FONTENLA, Marta Amanda. Patriarcado. Fontenla define o patriarcado como “sistema de relações sociais sexopolíticas baseadas em diferentes instituições públicas e privadas e na solidariedade interclasses e intragênero instaurada pelos homens, que enquanto grupo social e em forma individual e coletiva oprimem às mulheres também em forma individual e coletiva, e se apropriam de sua força produtiva e reprodutiva, de seus corpos e seus produtos, seja com meios pacíficos ou por meio da violência” (p. 258). Tradução nossa do original em espanhol.

<sup>16</sup> SASSEN, Saskia. *La conformación de los movimientos migratorios internacionales*, p. 166.

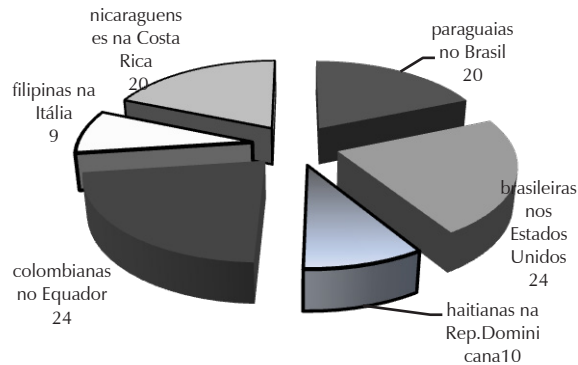
<sup>17</sup> *Ibidem*.

<sup>18</sup> *Ibidem*. Tradução nossa da versão em espanhol.

pela existência de um país receptor onde existe a procura por determinados perfis de trabalhadores. A questão é que tal procura por mão de obra num determinado país pode desaparecer sem que, necessariamente, desapareça a rede de migrantes. Isso porque, de fato, o retorno nem sempre é viável ou interessa, inclusive por ter se instalado uma cultura de migração<sup>19</sup> que continua estimulando migrações, independentemente das mudanças que possam ter acontecido no contexto social, econômico e político dos países de origem e destino.

Dados obtidos na presente pesquisa permitem iniciar uma caracterização sobre quem são essas mulheres migrantes. No gráfico 1 apresenta-se a distribuição por país do universo pesquisado.

**GRÁFICO 1**  
**Total de migrantes: distribuição por país de origem e destino**



Fonte: Pesquisa CSEM: “Mulher migrante: agente de resistência e transformação”, 2012.

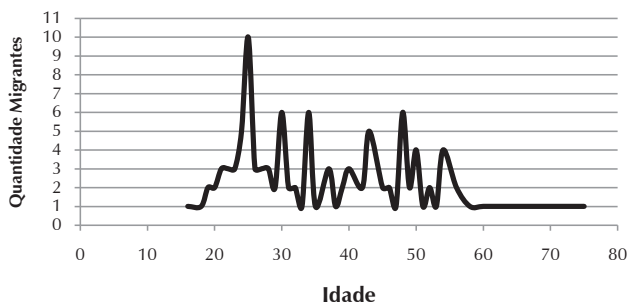
Trata-se tanto de mulheres adultas que estão ativas no mercado de trabalho (seja formal ou informal) como também de adultas desempregadas à procura de um emprego.

As migrantes foram contatadas por integrantes da comunidade scalabriniana que trabalham junto delas naqueles países, buscando com isso aproveitar não só a *acessibilidade* para conhecer as interpretações que essas mulheres fazem da sua situação, como também o vínculo de *confiança* que já existe pelo acompanhamento sociopastoral que vem sendo feito. Portanto, a quantidade de migrantes em cada país varia em função destes dois critérios: acessibilidade e vínculo de confiança existente. Critérios que, metodologicamente, não interferem nas inferências realizadas para compreender a situação dessas mulheres.

<sup>19</sup> Conceito desenvolvido no início do texto.

Como resultado desses movimentos de pesquisa de campo<sup>20</sup> acabou se conformando um universo de análise com depoimentos de mulheres entre 16 e 75 anos de idade (gráfico 2).

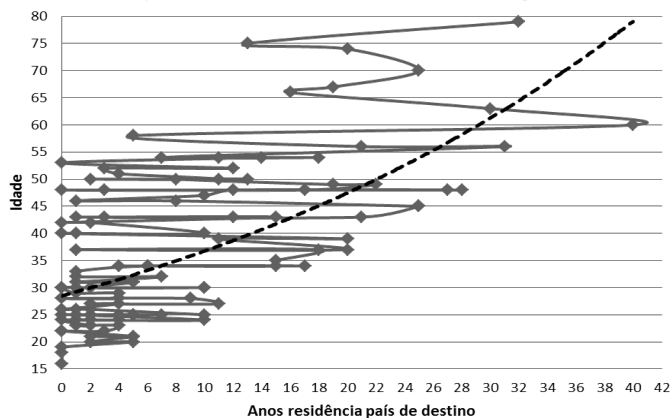
**GRÁFICO 2**  
**Total de migrantes: distribuição por idade**



Fonte: Pesquisa CSEM: “Mulher migrante: agente de resistência e transformação”, 2012.

Cabe salientar, nesta pesquisa, a existência de uma maior concentração de mulheres migrantes jovens entre 20 e 30 anos (43 migrantes), sendo que entrar 31 e 40 anos totalizam 21 migrantes e 12 no intervalo de 51 a 60 anos. Se à variável idade se acrescenta a variável de quantidade de anos residindo no país de destino – gráfico 3 – pode-se avançar na reflexão, observando o intervalo da faixa etária com maior concentração em que essas mulheres migraram.

**GRÁFICO 3**  
**Total de migrantes: idade e anos residência país destino**



Fonte: Pesquisa CSEM: “Mulher migrante: agente de resistência e transformação”, 2012.

<sup>20</sup> Em todos os países a fase da pesquisa de campo foi realizada durante o mês de junho e julho de 2012.



Na medida em que aumenta a idade da migrante, há um deslocamento da linha de tendência para a direita, indicando maior quantidade de anos de residência no país de destino. Pode-se identificar nisso uma relação diretamente proporcional entre idade e tempo de moradia na sociedade de acolhida. A guia publicada em 2012 pelo Ministério da Justiça do Brasil dedicada ao tema tráfico de pessoas<sup>21</sup> registra que entre os 20 e os 40 anos é o momento da vida em que a maior parte dos migrantes toma a decisão de sair do país de origem.

Evidentemente, há casos que fogem à tendência, pois sempre haverá particularidades na análise das migrações. Daí o interesse dessa pesquisa de dialogar com um número limitado de migrantes por país, de forma a poder captar as especificidades junto às generalidades. Nesse sentido, pode ser citado o caso particular de uma brasileira, atualmente residente nos Estados Unidos, que tem 74 anos e leva 20 morando naquele país. O motivo, segundo declara a migrante: *“surgiu a oportunidade para vir aos Estados Unidos para cuidar de meu neto que era recém-nascido”*.

Está-se, nesse caso, perante uma migrante que saiu do Brasil por causa da função principal de cuidar de um neto cujos pais – imigrantes nos Estados Unidos – trabalham fora de casa. Diante da necessidade de cuidado de uma criança – função culturalmente atribuída à mulher e que não poderia ser feita pela própria mãe e nem por “outra” mulher contratada – a responsabilidade é transferida para a avó disposta a migrar. Essa pode ser considerada uma variação à modalidade do fenômeno anteriormente citado, que Nash denomina de “mães substitutas da infância global”, ao falar da “mercantilização das tarefas domésticas e do cuidado”, e da transferência de funções exclusivamente entre figuras femininas. Nessa situação, não acontece uma mercantilização *tout court*, mas uma transferência de funções entendida como natural pela avó migrante, que justifica: *“eu criei e encaminhei todos meus filhos”*.

Retomando a análise consolidada sobre as respostas dadas pela totalidade das migrantes, 79% declaram estar trabalhando, apesar de que só 29% se encontram em situação regular de documentação no país de destino.

Migrar tendo toda a documentação regularizada no país de destino não é algo corrente para mulheres com escassos recursos materiais e pouca qualificação formal. Além do mais, cabe apontar a ausência de um marco legal adequado às necessidades das mulheres migrantes no mundo, notadamente para aquelas que trabalham no mercado de serviços domésticos e de

<sup>21</sup> TERESI, HEALY, *op. cit.*, p. 30.

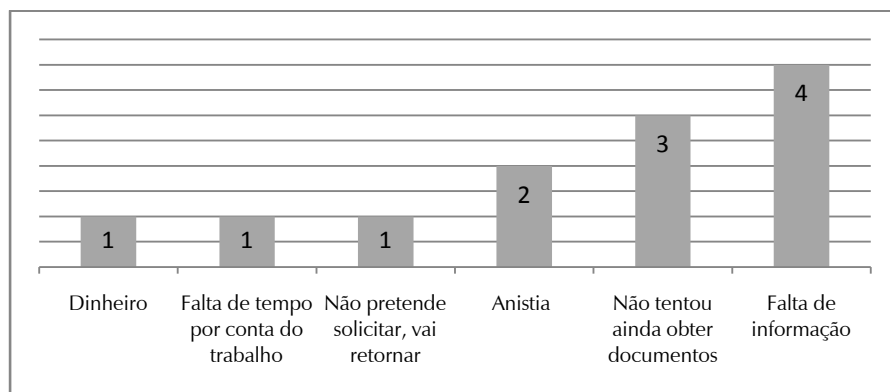
cuidado, fator que as torna mais vulneráveis e muito mais expostas aos riscos decorrentes da mobilidade.<sup>22</sup>

A falta de documentação que lhes permita viver e trabalhar de forma regular torna a mulher migrante muito mais vulnerável, seja por uma situação de desemprego (21%, neste caso), seja por uma situação de precariedade no que diz respeito às condições de trabalho. A dificuldade de acesso refere-se não somente às políticas migratórias existentes nos diversos países de acolhida, como também às adversidades que se apresentam no cotidiano das interações, obstaculizando as poucas brechas de acesso que, oficialmente, algumas pudessem vir a usufruir.

Um caso que ilustra muito bem essa situação é o das migrantes paraguaias no Brasil. Do total de 20 que participaram da pesquisa, todas estão trabalhando e residindo em São Paulo; porém, 15 encontram-se em situação irregular de documentação, apesar de se tratar de um cenário de migração entre países do Mercosul, espaço onde atualmente existe o direito a migrar de forma regular.

As dificuldades que as migrantes mencionam para ter acesso à documentação são expostas no gráfico 4. Referem-se à falta de dinheiro, de tempo e de informação.

**GRÁFICO 4**  
**Paraguaias no Brasil: dificuldades com documentação**



Fonte: Pesquisa CSEM: "Mulher migrante: agente de resistência e transformação", 2012.

<sup>22</sup> De acordo com Thompson da OIM, "apesar de as políticas de migração para trabalho nos países de destino parecer neutras no que tange ao gênero, elas continuam a ter um viés e embasamento num modelo focado nas habilidades e trabalhos tradicionalmente masculino. Mais oportunidades para migrar legalmente, acrescenta Thompson, ajudariam a prevenir o envolvimento (involuntário) de muitas mulheres em situações irregulares, de exploração e abuso". *Gender and Migration News*. Issue 34, April 2010. Disponível em: <<http://iom.int>>. Acesso: 08.05.2010. Cf. DUTRA, *op. cit.*, p.58.

Três delas declaram ainda não ter tentado, enquanto uma diz que não o fará já que o marido tentou e não lhe foi outorgada a documentação. Duas migrantes aderiram à anistia<sup>23</sup> e assim obtiveram a residência - lembramos aqui que no ano 2009 o governo brasileiro concedeu anistia para os estrangeiros em situação irregular.<sup>24</sup>

Uma das migrantes diz que não pretende solicitar a documentação, pois *“aqui é tranquilo morar como paraguaia”*, resposta pela qual podemos relacionar à falta de informação, já que provavelmente não deve compreender que os benefícios de possuir documentos vão além da existência ou não do risco de ser deportada. No Brasil, ela poderia ter acesso à carteira assinada, por exemplo, tal como menciona outra migrante.

A falta de informação e o fato de se sentirem sozinhas para fazer o processo é algo recorrente nas respostas: *“fui até a Polícia Federal, mas não compreendi o que preciso”*, expressa uma migrante de 27 anos que declarou ter curso superior incompleto; *“acho que não sei como fazer”*, declara outra de 26 anos, com ensino fundamental completo. Algumas buscam alternativas, tal o caso da migrante que diz estar em processo de obter a documentação e que *“tem um paraguaio que ajuda com isso”*.

Por outro lado, a problemática vivida pelas migrantes haitianas na República Dominicana,<sup>25</sup> não só reforça tal dificuldade com a documentação, como acrescenta outras dificuldades. Três das migrantes haitianas que se encontram desempregadas, também mencionam a problemática da condição de gênero – ser mulher – e da nacionalidade, pois ser haitiana naquele país é motivo de discriminação.<sup>26</sup>

<sup>23</sup> A Regularização que permite ao estrangeiro em situação de clandestinidade ou em indocumentados requerer residência provisória com isenção das penalidades decorrentes de sua situação de estada irregular no País. No Brasil, a partir da Lei 6815/80, já se efetivaram regularizações de estrangeiros em quatro oportunidades - em 1981, em 1988, em 1998 e em 2009. Cf. MILESI e ANDRADE *apud* DUTRA, *op. cit.*

<sup>24</sup> Anteriormente, em 1999, o Brasil tinha concedido uma anistia aos migrantes em situação irregular de documentação. Tanto naquela época quanto em 2009, os cidadãos provenientes dos países do Mercosul, ainda não contavam com o direito a residir e trabalhar de forma regular no âmbito da região.

<sup>25</sup> O Haiti junto como a República Dominicana conforma a Ilha A Espanhola. Se bem que ambos os países contam com aproximadamente 10 milhões de habitantes cada um, a República Dominicana ocupa um território duas vezes maior ao ocupado pelo Haiti e possui uma economia seis vezes maior (OIM. *Haiti: The Diaspora at the Heart of Reconstruction*). Tal disparidade ajuda na compreensão da migração constante histórica de muitos haitianos que buscam trabalhar no setor da economia informal do país vizinho, assim como também daqueles que buscam ter acesso nem que seja a serviços básicos de saúde nos hospitais públicos da República Dominicana. Consultar: <<http://desdesantiago.wordpress.com/2010/08/26/haitianos-abarrotan-hospitales-publicos/>>. Acesso em 14.09.2012.

<sup>26</sup> Também consultar: <<http://ipsnoticias.net/nota.asp?idnews=90376>>. Acesso em: 14.09.2012.

O gênero, o *status* migratório, a origem social, a cor da pele, a prática (ou não prática) de uma determinada religião e a nacionalidade são algumas das inúmeras causas de discriminação. Na maioria dos casos tais causas podem estar sobrepostas numa mesma pessoa, fenômeno que nos estudos de gênero se denomina de “interseccionalidade”<sup>27</sup> e que, sem dúvida, afeta particularmente a vida profissional das mulheres migrantes.

### **(Des)emprego: mudanças na vida profissional**

Retomamos novamente a análise consolidada após ter caracterizado tanto o perfil geral do total de migrantes assim como as dificuldades enfrentadas para trabalhar em situação regular de documentação no país de destino.

Comparar a ocupação que possuíam antes de migrar com aquela que possuem no presente vivido no país de destino permite problematizar sobre como o processo migratório pode afetar o percurso ocupacional. Para isso, foi construído o quadro 1 apresentando os resultados em porcentagem.<sup>28</sup>

**QUADRO 1**  
**Total migrantes: mudanças na vida profissional**

<b>Setor atuação profissional (em porcentagem)</b>		
	<b>Antes de migrar</b>	<b>Atual</b>
Doméstico/Limpeza/Babá/Cuidar Idosos	15,2	29,3
Vendas / Comércio	21,7	22,8
Não trabalha	6,5	14,1
Confecção	1,1	9,8
Secretária/administrativo	5,4	5,4
Cabeleleira/Manicure	3,3	5,4
Cozinheira/Restaurante	5,4	3,3
Microempresária	0,0	3,3
Estudantes	20,7	0,0
Docência	5,4	0,0
Dona de Casa	4,3	0,0

<sup>27</sup> “A visão tradicional afirma: a discriminação de gênero diz respeito às mulheres e a racial diz respeito à raça e à etnicidade. Assim como a discriminação de classe diz respeito apenas a pessoas pobres. Há também outras categorias de discriminação (...) A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos”. CRENSHAW *apud* DUTRA, *op.cit.* p. 126.

<sup>28</sup> Algumas das categorias ocupacionais registradas neste quadro foram denominadas com base em termos utilizados pelas próprias migrantes. Outras também agrupadas seguindo o critério de semelhança na qualificação e experiência requerida para as tarefas a serem desempenhadas.

Aux. Enfermagem	1,1	0,0
Agrário	2,2	0,0
Outros	7,6	6,5
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa CSEM: “Mulher migrante: agente de resistência e transformação”, 2012.

Ao analisar as diversas ocupações, antes e depois da migração, pode-se sustentar que existe uma identidade profissional feminina para todas as migrantes que participaram da pesquisa. São profissões culturalmente consideradas como tarefas “típicas” da mulher, pois lhe são atribuídas no contexto da divisão internacional e sexual do trabalho. Trata-se de tarefas que dizem respeito, por exemplo, a cuidar dos outros (babá, cuidado de idoso), tarefas associadas ao espaço “reprodutivo”<sup>29</sup> (dona de casa) e tarefas que, apesar de localizadas no que se considera espaço “produtivo”, detêm uma marca fortemente feminina (vendas, confecção, cozinheira).

A divisão sexual do trabalho é um fenômeno que pode ser observado de forma muito clara na alta concentração das mulheres nas tarefas consideradas de reprodução no âmbito doméstico e em determinados postos de trabalho. Trata-se de um conceito que faz referência a formas de inserção diferenciada de homens e mulheres na divisão do trabalho existente, tanto nos espaços de reprodução quanto nos de produção social.<sup>30</sup> E isso acontece porque é “a construção social da diferença como desigualdade que age como fator estruturante na divisão do trabalho”.<sup>31</sup>

Interessa observar também que, antes de migrar, havia 20,7% de migrantes que estavam estudando. Contudo, atualmente *nenhuma* continua a fazê-lo. Pode-se inferir que existem altas barreiras materiais (recursos como tempo e dinheiro) para dar continuidade aos estudos. Fato muito significativo já que compromete as chances de mobilidade social, de melhoras nas condições de trabalho e, conseqüentemente, da vida futura. Portanto, a migração *não* tem sido uma via de acesso a instituições formalmente estabelecidas e reconhecidas pelas sociedades de acolhida onde as migrantes pudessem se qualificar e, conseqüentemente melhorar, não só no trabalho como também em outros âmbitos da vida pessoal.

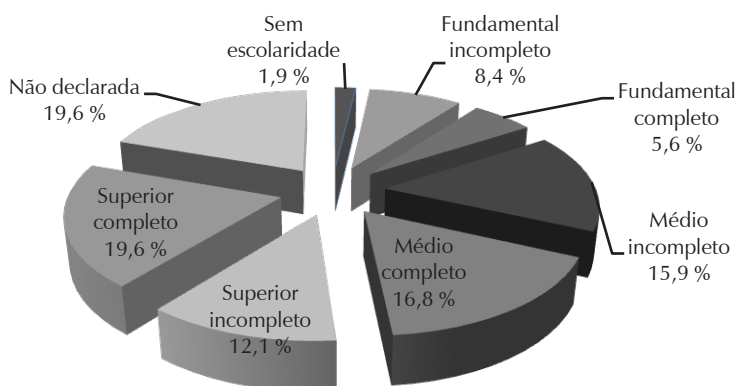
<sup>29</sup> Com o advento da Revolução Industrial o tempo começou a reorganizar-se em função da atividade econômica e, desde então, emergiu com mais força a separação entre o que correntemente se considera “espaços reprodutivos”, aqueles reservados às mulheres, e “espaços produtivos”, os reservados aos homens. VAGHI *apud* DUTRA, *op. cit.*, p. 112.

<sup>30</sup> GINÉS, María E. *División Sexual del Trabajo*, p. 99-102.

<sup>31</sup> COMAS D'ARGEMIR, Dolors. *Trabajo, economía sumergida y género*. La atención a la dependência, p.170. Tradução nossa do original em espanhol.

Esse coletivo de migrantes localizadas em diversos países pode ser pensado como o caso típico de mulheres de origem social pobre, com escasso ou inexistente nível de escolaridade. No entanto, o gráfico 4 permite ao leitor se deparar com uma situação que, em alguns casos, acaba fugindo do estereótipo que normalmente existe ao se pensar as mulheres migrantes trabalhadoras.

**GRÁFICO 4**  
**Total de migrantes: escolaridade**



Fonte: Pesquisa CSEM: “Mulher migrante: agente de resistência e transformação”, 2012.

Note-se que quase 20% das migrantes declaram possuir curso superior completo e 12% superior incompleto, enquanto somente 1,9% declaram não serem escolarizadas. Tal situação nos leva a refletir sobre o quanto o percurso ocupacional desse coletivo de migrantes viu-se afetado pelo processo migratório. Voltando a observar o quadro 1 pode-se, por exemplo, salientar que: (i) duplica a quantidade de migrantes que passam a trabalhar no setor de serviços domésticos e de cuidado após a migração; (ii) duplica a quantidade de migrantes que não tem trabalho; (iii) aumenta em dez vezes a quantidade daquelas que trabalham no setor de confecção; e (iv) desaparece a ocupação docente. Esse último dado faz referência, novamente, a uma exclusão desse coletivo de mulheres migrantes trabalhadoras do contexto educacional formal nas sociedades de acolhida.

Pode-se inferir que algumas das migrantes estejam dispostas a deixar de lado sua formação para, durante uns anos, procurar ganhar mais dinheiro do que conseguiam trabalhando nos países de origem como docentes, por exemplo. Contudo, no fundo, sonham, como reconhece uma brasileira que atualmente reside nos Estados Unidos: “*quero mudar de emprego, ninguém estuda para ser babá a vida inteira*”. Outras até buscam o reconhecimento da

formação já adquirida, mas trata-se de um esforço inútil quando no país onde se estabelecem o seu diploma não tem valor, a exemplo de uma migrante colombiana que está desempregada no Equador e cujo diploma obtido na Colômbia não é reconhecido no atual país de residência.

Nesse sentido, é preciso levar em conta que o espaço onde uma pessoa realiza a sua formação profissional condiciona bastante a sua capacidade de “fazer valer” no mercado de trabalho as qualidades técnicas adquiridas.<sup>32</sup> No entanto, “se a pessoa nem sequer frequentou um espaço de formação institucionalizado, as possibilidades de ser valorizada no mercado de trabalho são praticamente inexistentes”<sup>33</sup> – tal como acontece com as que declaram não serem escolarizadas (1,9%) ou possuir ensino fundamental incompleto (8,4%). E, para o caso das migrantes com estudos superiores, pode-se acrescentar que, mesmo tendo frequentado instituições acadêmicas, provavelmente se trata de uma formação não sancionada pela sociedade de acolhida. Isto é, cursos superiores que o próprio mercado de trabalho não reconhece como válidos ou como socialmente significativos para desenvolver tarefas específicas à formação adquirida.

### Conclusões

A discussão que se inicia neste texto tem como objetivo principal fazer um primeiro movimento de divulgação e diálogo sobre uma parte do trabalho de pesquisa que atualmente o CSEM está desenvolvendo. Para isso, toma-se como ponto de partida a perspectiva das próprias mulheres protagonistas de percursos migratórios internacionais – paraguaias no Brasil, brasileiras nos Estados Unidos, haitianas na República Dominicana, colombianas no Equador, filipinas na Itália e nicaraguenses na Costa Rica – e busca-se identificar dificuldades enfrentadas no que refere à vida profissional dessas mulheres.

Compreende-se que a dimensão econômica não dá conta, por si só, de explicar a complexidade do processo migratório pelas implicações que esse fenômeno detém para a vida das migrantes. Contudo, é evidente que a vontade e/ou necessidade de achar uma brecha no mercado do trabalho (obter renda) tem um peso muito grande na hora em que mulheres, das mais diversas origens, tomam a decisão de migrar e deixar seu país e, até, de se separar da família durante alguns anos. O mesmo ocorre no momento de decidir aceitar, ou não, trabalhar em condições de precariedade, dotando a experiência de vida em migração com uma alta dose de vulnerabilidade.

<sup>32</sup> NAROTZKI *apud* DUTRA, *op. cit.*

<sup>33</sup> DUTRA, *op.cit.*, p. 157.

Com base nisso, pode-se inferir que a divisão internacional e sexual do trabalho oferece-lhes tanto uma “saída” ao abrir-lhes, por exemplo, as portas daquilo que Nash denomina de “mercantilização das tarefas domésticas e de cuidado”,<sup>34</sup> como também uma “encruzilhada” ao fechar de uma forma, quase hermética, as portas das instituições de formação-educação, fazendo com que as chances de mobilidade social sejam quase inexistentes para aquelas “recém-chegadas”.<sup>35</sup>

Levando em conta, exclusivamente, a dimensão profissional na experiência migratória das mulheres que contribuíram com esse estudo, estamos em condições de sustentar que a migração feminina internacional reforça o fenômeno da segregação no mercado de trabalho, pois restringe as migrantes a determinadas tarefas que poucos/as estariam dispostos/as a assumir.

São mulheres migrantes que saem dos seus países e comunidades de origem sem características e condições de vida fixas e pré-determinadas – desconhecendo o peso disso nas suas vidas. As migrantes, ao longo do percurso migratório, traçam caminhos que vão atribuindo novas significações à experiência vivida. Pois, tanto a condição de gênero como a origem social associada a características étnicas produzem novos e diversos significados nas instâncias de interação social nas sociedades receptoras. Significações que, geralmente, agem a modo de etiqueta, não só dos “outros” sobre elas, como também delas para com os “outros” e delas para com elas próprias.

## Bibliografia

- COMAS D'ARGEMIR, Dolors. Trabajo, economía sumergida y género. La atención a la dependencia. In TÉLLEZ INFANTES, Anastasia; MARTÍNEZ GUIRAO, Javier Eloy (eds.). *Economía informal y perspectiva de género en contextos de trabajo*. Barcelona: Icaria, 2009, p.169-195.
- DUTRA, Delia. *Mulheres migrantes peruanas em Brasília: o trabalho doméstico e a produção do espaço na cidade*. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília. Brasília, 2012.
- FONTENLA, Marta Amanda. Patriarcado. In GAMBÁ, Susana B. (coord.). *Diccionario de estudios de género y feminismos*. Buenos Aires: Biblos, 2007, p. 256-258.
- GINÉS, María E. División Sexual del Trabajo. In GAMBÁ, Susana B. (coord.). *Diccionario de estudios de género y feminismos*. Buenos Aires: Biblos, 2007, p.99-102.
- NASH, Mary. Nuevos horizontes y viejos dilemas. Los retos de la era global. In *Mujeres en el Mundo. Historias, retos y movimientos*. Madrid: Alianza Editorial, 2012, p. 309-339.

<sup>34</sup> NASH, *op.cit.*

<sup>35</sup> *Ibidem.*



- OIM. *Haiti: The Diaspora at the Heart of Reconstruction*. 2010. Disponível em: <<http://www.iom.int/jahia/Jahia/haiti>>. Acesso em: 21.06.2012.
- PARELLA RUBIO, Sònia. Segregación laboral y “vulnerabilidad social” de la mujer inmigrante a partir de la interacción entre clase social, género y etnia. In FLAQUER, Lluís; SOLÉ, Carlota (eds.). *El uso de las políticas sociales por las mujeres inmigrantes*. Madrid: Instituto de la Mujer. Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 2005, p. 97-136.
- SÁNCHEZ BARRICARTE, Jesús Javier. *Socioeconomía de las Migraciones en un Mundo Globalizado*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2010.
- SASSEN, Saskia. La conformación de los movimientos migratorios internacionales. In IDEM. *Una sociología de la globalización*. Buenos Aires: Katz, 2010.
- TERESI, Verônica M.; HEALY, Claire. *Guia de referência para a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, 2012.
- THOMAS, William I.; ZNANIECKI, Florian. *The Polish Peasant in Europe and America*. A Classic Work in Immigration History. Edited by Eli Zaretsky. USA: University of Illinois Press, 1996.

### Abstract

#### **Women, migrants, workers: segregation in the labor market**

*The present work, anchored on a research developed at CSEM, analyzes the lived experience of migrant women in several countries, focusing on the labor dimension in the context of the international migration process. Taking as a starting point the perspective of the protagonists themselves – Paraguayans in Brazil, Brazilians in the United States, Haitians in the Dominican Republic, Colombians in Ecuador, Filipinas in Italy, and Nicaraguans in Costa Rica –, the paper strives to identify difficulties related to the professional lives of these women. It is assumed that migration can be seen as an alternative to escape situations of poverty and exclusion in the labor market in their country of origin. The research indicates the existence of segregation in the labor market.*

**Keywords:** *Migrant women; Work; Occupational segregation.*

Recebido para publicação em 04/02/2013.

Aceito para publicação em 07/05/2013.

Received for publication in February, 04<sup>th</sup>, 2013.

Accepted for publication in May, 07<sup>th</sup>, 2013.